



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço  
Ministério da Fazenda**

## **COMISSÃO NACIONAL DE BIOECONOMIA**

### **Minuta da Ata da Reunião Prévia à Instalação**

Aos 16 dias de dezembro de 2024, as organizações que integram a Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) reuniram-se presencialmente no Salão Nobre do Bloco K, 9º andar, Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF e, virtualmente, por meio de videoconferência. Os participantes constam em lista de presença, anexa.

O Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Rodrigo Sobral Rollemburg; a Secretária de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Gerente de Projetos do Ministério da Fazenda (MF), Luiza Sidônio Rodrigues deram as boas-vindas aos presentes passando à pauta proposta e aos objetivos da reunião, nos seguintes termos:

1. Reconhecer os pares presentes;
2. Compartilhar os avanços alcançados até o momento;
3. Apresentação dos próximos passos.

#### **1. Reconhecer os pares presentes;**

Foi realizada uma breve rodada de apresentação de todos os presentes, onde foi informado o nome, instituição e, em alguns casos, informações complementares sobre atuação na área de Bioeconomia.

#### **2. Compartilhar os avanços alcançados até o momento;**

a. A Diretora do Departamento de Políticas de Estímulo à Bioeconomia, Bruna De Vita, apresentou a [Portaria Interministerial MMA/MDIC/MF nº 10, de 23 de outubro de 2024](#), que institui a Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), detalhando sua estrutura, diretrizes e principais atribuições. Ela ressaltou que a CNBio será o órgão central de governança da Estratégia Nacional de Bioeconomia, com caráter permanente, atribuições consultivas e deliberativas e o desafio de desenvolver o Plano Nacional de Bioeconomia. Ainda em relação à Comissão, destacou:

- i. Seu caráter paritário, sendo 17 membros titulares do Governo e 17 da sociedade.
- ii. A Secretaria Executiva será feita pelo MMA e a presidência é rotativa entre MDIC, MMA e MF, iniciando-se pelo MDIC.

- iii. Há a necessidade de garantir paridade de gênero, com a presença de 50% de mulheres e 20% de Povos e Populações Indígenas (PPI).
  - iv. A Comissão deverá aprovar seu regimento interno em até duas reuniões ordinárias após sua instalação.
  - v. As reuniões da CNBio ocorrerão trimestralmente, com a possibilidade de encontros extraordinários quando necessário.
  - vi. Existe a previsão de criação de Câmaras Técnicas (CTs), que terão caráter permanente, e Grupos de Trabalho (GTs), que serão temporários, com a função de subsidiar tecnicamente as atividades da Comissão.
- b. Foi informado que a instalação oficial da CNBio ainda não aconteceu, pois ainda há a pendência de indicação de uma organização membro.
- c. Por fim, a Diretora Bruna De Vita agradeceu a presença de todos e pelo empenho para a criação e instalação da Comissão, e reforçou a importância deste momento de alinhamento para a construção conjunta das bases do PNDBio, conforme previsto na Estratégia Nacional de Bioeconomia.
- d. Dando prosseguimento, a Secretária Carina Pimenta trouxe um breve panorama de marcos governamentais sobre a temática da bioeconomia. Foi solicitado que outros ministérios e organizações também apontassem marcos para que haja uma visão ampla sobre bioeconomia.
  - i. Aconteceram 5 reuniões interministeriais que culminaram no decreto da Estratégia Nacional de Bioeconomia e na instituição da CNBio.
  - ii. Foi informado que o Plano de Transformação Ecológica possui um eixo dedicado à bioeconomia e o Plano da Nova Indústria Brasil possui o eixo V, dedicado a Bioeconomia, Descarbonização, Transição e Seguranças Energéticas.
  - iii. Destacou o processo de debate e co-construção que ocorreu com comunidades e povos tradicionais, por meio de oficinas regionais, realizadas com o objetivo de coletar insumos e entendimentos que serão incorporados ao Plano Nacional de Bioeconomia. Carina Pimenta reforçou que a sociobioeconomia é um dos eixos fundamentais da Estratégia.
  - iv. Também foi destacado o esforço do Itamaraty, que resultou nos Dez Princípios de Alto Nível da Bioeconomia, aprovados no G20 e que devem ser considerados na CNBio
  - v. Outro avanço foi a realização do Painel-Técnico Científico sobre Bioeconomia, realizado em outubro, para subsidiar o processo de elaboração do PNDBio.
- e. A Diretora Bruna De Vita informou que foi colocado uma linha do tempo na parede para que os presentes pudessem, utilizando post-its, incluir os marcos do desenvolvimento da bioeconomia no Brasil.
- f. Retomando os marcos de bioeconomia, a Secretária Carina Pimenta explicou que a Estratégia Nacional de Bioeconomia tem como principal finalidade coordenar políticas públicas e nasceu com a proposta de ser uma estratégia de coordenação ampla, integrando esforços de diversos setores.

- g. A Secretária Carina Pimenta apresentou o marco conceitual da bioeconomia no Brasil, estabelecido pelo decreto presidencial, e mencionou que a bioeconomia pode ser entendida como um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, alinhado ao uso sustentável, regeneração e conservação da biodiversidade, conforme definido no decreto.
- i. Informou que as diretrizes do decreto aprofundam a definição de bioeconomia.
  - ii. Reforçou que uma das grandes funções da Comissão será construir um equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico da bioeconomia, e lembrou que esses objetivos gerais já estão estabelecidos no Decreto.
- h. Por fim, informou que foi iniciado um diálogo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH, que se dispôs a apoiar o de construção do Plano. A pedido do órgão, foi exibido um vídeo-carta produzido pelos movimentos sociais, trazendo perspectivas e contribuições dos atores envolvidos.
- i. Foi concedido intervalo para que as organizações preenchessem a linha do tempo junto ao *coffee break*.
- j. O Secretário Rodrigo Rollemberg destacou que há um conjunto significativo de iniciativas em diferentes ministérios voltadas para a bioeconomia.
- i. Ele mencionou a aprovação do Projeto de Lei de bioinsumos, que promove a substituição de insumos químicos por biológicos, beneficiando a qualidade do solo, da água e reduzindo as emissões de óxido nitroso.
  - ii. Ressaltou também a aprovação do programa Combustível do Futuro e o anúncio da Missão 5, que estabelece metas para a ampliação dos registros no SisGEN sobre a biodiversidade brasileira.
  - iii. Rollemberg destacou a relevância do MCTI, que tem investido no fomento ao setor, por meio de subvenções econômicas e outras iniciativas.
  - iv. Informou que recentemente foi aprovado um projeto pelo MDIC para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, no valor de R\$ 30 milhões, destinado à construção de uma usina de refino. Esse projeto, realizado em parceria com diferentes atores, visa a instalação de biorrefinarias para o aproveitamento de resíduos de cacau, cupuaçu e castanhas.
  - v. O Secretário Rodrigo Rollemberg mencionou o trabalho conjunto com a Embrapa para o desenvolvimento de protótipos tecnológicos voltados à modernização e ao avanço de cadeias produtivas específicas.
  - vi. Outro ponto relevante foi o lançamento de iniciativas de etnoturismo, voltadas para comunidades tradicionais, que foi formalizado esta semana.
  - vii. Por fim, informou que o CBA (Centro de Bioeconomia Amazônica) iniciou a instalação em prédio de hotel com 27 apartamentos, que servirá para abrigar empresas e startups atuantes na área de bioeconomia. Esse espaço funcionará como um hub, permitindo o compartilhamento de plantas industriais e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos.

- viii. Foi solicitado que os demais participantes apresentassem as contribuições dos outros ministérios e da sociedade civil, visando fortalecer a construção conjunta da bioeconomia no país.
- k. A Gerente de Projetos do Ministério da Fazenda (MF), Luiza Sidônio Rodrigues, mencionou o lançamento da Plataforma Brasil de Investimentos, liderada pelo MF, com o apoio de outros ministérios, destacando que ela está fortemente baseada em programas governamentais, como o Plano de Transformação Ecológica. Um dos três segmentos prioritários da plataforma é o de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e Bioeconomia, com foco em evidenciar os principais projetos que necessitam de recursos.
- i. Luiza Sidônio também destacou o Ecoinvest, onde recentemente ocorreu o primeiro leilão de *blended finance* regulamentado. Estão previstos leilões futuros voltados especificamente para a bioeconomia e a Amazônia.
  - ii. Também foram destacados os títulos soberanos sustentáveis, cujos recursos estão sendo aplicados em iniciativas como o Fundo Clima e em programas voltados para a questão das florestas plantadas.
  - iii. Outro programa apresentado foi o da Taxonomia Sustentável, que está em consulta pública e já inclui o setor agropecuário; a bioeconomia deverá entrar em um caderno específico.
  - iv. Por fim, a gerente de projetos do MF mencionou que o último Plano Safra aprovou o apoio técnico à sociobioeconomia, destacando a importância de criar condições financeiras e técnicas para fortalecer essa agenda.
- l. José Truda, representante do CONAMA, destacou a necessidade de abordar o uso não extrativo da biodiversidade nas políticas públicas. Citou como exemplo o Ministério do Turismo, que ainda não está representado na Comissão e sugeriu que o MTur seja convidado a participar das atividades a serem desenvolvidas.
- m. O representante da CONAPE, Carlos Eduardo, levantou duas questões: primeiro, questionou sobre a existência de uma interlocução intragovernamental e a realização de oficinas, mencionando a impressão de que já há uma minuta do PNDBio. Ele solicitou acesso ao documento e perguntou se existe algum site, drive ou outro repositório onde as apresentações e informações possam ser disponibilizadas para acesso público.
- i. Em resposta, a Diretora Bruna de Vita informou que está sendo desenvolvido o Plano da Sociobioeconomia desde outubro do ano passado. O plano é voltado para a biodiversidade e comunidades tradicionais, buscando garantir renda, território e fortalecer a economia no cenário local e nacional.
  - ii. Ela explicou que há uma matriz produtiva e de negócios sendo estruturada e mencionou que o processo contou com rodadas de construção, reunindo cerca de 300 representantes de comunidades tradicionais e indígenas. Além disso, ocorreram oficinas com outros setores, resultando em mais de 900 contribuições para as ações do plano.
  - iii. A Diretora esclareceu que esse trabalho é apenas uma parte do plano. No entanto, segundo a Estratégia Nacional de Bioeconomia, está previsto um Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, que envolve diversos atores e setores,

contemplando dimensões ecológicas, biológicas, industriais e de biomassa. Há um diálogo em andamento com diferentes setores da sociedade.

- iv. Ela também informou que está sendo criado um espaço no site do MMA, que será disponibilizado em breve. Esse espaço servirá como repositório oficial para todas as informações da Comissão.
- n. O Secretário Rodrigo Rollemberg sugeriu a criação de um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação entre os membros da Comissão Nacional de Bioeconomia. Enfatizou que o desafio da CNBio será articular todas as ações já em andamento em todos os ministérios.
- o. O Diretor do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária Alessandro Cruvinel (MAPA) destacou a importância de fortalecer a integração entre os ministérios na implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que já nasce com uma base robusta. Mencionou duas políticas relevantes: a Política Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), que prevê a recuperação de 40 milhões de hectares para conversão sustentável, com produção de biomassa em bases sustentáveis; e a Política de Conservação de Recursos Genéticos, aprovada no meio deste ano, que está prestes a lançar o comitê de implementação. Cruvinel reforçou que não é possível avançar na bioeconomia sem uma base genética estruturada, fundamental para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.
- p. A Diretora Executiva de Negócios da Embrapa, Ana Euller, informou que ao longo deste ano foi elaborado um catálogo de máquinas para alavancar a bioeconomia da Amazônia, além de um levantamento dos ativos tecnológicos voltados para povos e comunidades tradicionais e Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esse levantamento identificou mais de mil ativos tecnológicos que servem de base para a produção sustentável. Também destacou a atuação com a Anater em municípios da Amazônia e adiantou que, em março, será lançado o mapa da sociobioeconomia, com dados secundários, que abrangem 135 microrregiões da Amazônia.
  - i. Para o próximo ano estão planejando a elaboração de princípios orientadores para apoiar a tomada de decisão em editais e políticas públicas. Além disso, estão trabalhando em um repositório de dados e informações que pode evoluir para um observatório da bioeconomia. Por fim, a Diretora Ana Euller anunciou um projeto piloto na Amazônia sobre terras de uso comum, que será apresentado em breve.
- q. Thiago Falda da ABBI destacou a relevância da Comissão Nacional de Bioeconomia como um marco importante na história da bioeconomia brasileira. Ele mencionou que, em 2012, a União Europeia publicou a primeira grande política de bioeconomia, com foco em cadeias produtivas e no posicionamento estratégico da Europa nesse tema. Em seguida, citou que, em 2021, os Estados Unidos e a China lançaram suas próprias estratégias de bioeconomia, posicionando os três principais blocos econômicos globais no cenário.
  - i. Falda ressaltou que, apesar desses avanços, nenhum desses blocos possui a biodiversidade do Brasil, o que coloca o país em uma posição única. Ele questionou como o Brasil pode se posicionar na vanguarda tecnológica desse grupo, aproveitando sua riqueza biológica. Citou que a ONU classifica 17 países como megadiversos, e que a bioeconomia, por definição, utiliza recursos biológicos, como biodiversidade e a produção agrícola, destacando que a soja também faz parte desse contexto.

- ii. Por fim, Falda observou que a faixa dos países megadiversos coincide com os principais produtores agrícolas do mundo, mas, ao analisar os 50 países mais inovadores, apenas um é megadiverso. Concluiu destacando a necessidade de convergência entre inovação, biodiversidade e agricultura, reforçando que a Comissão é o local ideal para essa integração. Segundo ele, os resultados desse esforço trarão números impressionantes para a bioeconomia brasileira.
- r. A Secretária Carina Pimenta leu mensagem enviada pelo Deputado Aliel Machado (PV/PR) e presidente da Frente Parlamentar de Bioeconomia, por meio da qual desejou boa reunião a todos e ressaltou a importância do tema bioeconomia para o desenvolvimento sustentável.

### **3. Apresentação dos próximos passos.**

- a. A Diretora Bruna De Vita apresentou os elementos e o processo de construção do Plano Nacional de Bioeconomia, destacando que o plano é o principal instrumento da Comissão Nacional de Bioeconomia e deve ser elaborado em 60 dias após a primeira reunião para entrar em Consulta Pública.
  - i. A diretora explicou as três dimensões centrais do plano: i) Bioeconomia das Florestas; ii) Biomanufatura Industrial e Biotecnologia; e iii) Bioeconomia das Biomassa, ressaltando o desafio de integrar esses setores de forma coesa.
  - ii. O ciclo do plano será de 10 anos (2025-2035).
  - iii. Os eixos do plano são: 1. Educação profissional, ciência, tecnologia e inovação; 2. Instrumentos normativos regulatórios e fiscais; 3. Cadeias de Valor, sistemas produtivos sustentáveis e mercados; 4. Infraestrutura e Logística; 5. Financiamento Público e Privado; 6. Dados, Informações e conhecimento; e 7. Salvaguardas socioambientais.
  - iv. A Diretora enfatizou a importância de monitoramento e avaliação, que será responsabilidade da Comissão, e do sistema de informações e conhecimento, como um pilar fundamental para a bioeconomia.
  - v. Foi questionado se os participantes sentem falta de outros eixos, que poderiam ser incluídos para tornar o plano mais abrangente.
  - vi. Apontou a necessidade de a Comissão ser coesa, forte e engajada para superar o desafio de produzir um plano num prazo curto, com consulta pública e robusta e participação de atores-chave.
  - vii. Foi informado que dado o volume de trabalho, será necessário que a Comissão realize reuniões adicionais, além das quatro previstas anualmente, e que os membros devem assumir tarefas fora dos encontros. Haverá ainda conversas bilaterais e o uso da plataforma Participa + Brasil para ampliar a participação social.
  - viii. Bruna De Vita informou que, na primeira reunião de fevereiro, será apresentada a metodologia e a proposta de participação social para aprovação da Comissão.
  - ix. Foi apresentado o cronograma para pactuação das datas, sobretudo das reuniões de fevereiro, março e abril (em anexo). A Reunião de instalação será no dia 13/02/2025.

- x. A pauta proposta compreende: i) Apresentação do processo detalhado de elaboração do Plano; ii) Pactuação da dinâmica interna de funcionamento da CNBio (regimento interno) para contribuir e acompanhar o processo [CCTs e GTs]; iii) Aprovação do calendário de reuniões de 2025; iv) Plano de Comunicação e Engajamento; e v) Sistema Nacional de Informações e Conhecimento de Bioeconomia
  - xi. Foi informado que o Centro de Estudos Estratégicos - CGEE está auxiliando no processo de construção do PNDBio e deve agendar reuniões bilaterais com os membros, mas também enviar um formulário para que cada um dos membros responda.
- b. O Coordenador-Geral de Gestão do Território do MDIR, Vitarque Coelho, questionou se há previsão de quando serão definidos os grupos temáticos e suas respectivas coordenações.
- i. A secretária Carina Pimenta respondeu que estão trabalhando nesse ponto e que a discussão sobre o formato ocorrerá na primeira reunião formal da Comissão. Explicou que será necessário acoplar as câmaras técnicas aos alvos das missões e que esse processo deverá ser apresentado nessa reunião inicial. Ela estimou que o processo demandará duas reuniões para que as câmaras estejam totalmente definidas.
  - ii. Em complemento, o Secretário Rodrigo Rollemburg informou que, após a formalização da Comissão, o decreto estabelece um prazo de 60 dias para apresentação do Plano Nacional de Bioeconomia, o que corresponde ao dia 13 de abril. Nessa data, será apresentada a versão preliminar do plano para consulta pública. Ressaltou a necessidade de antecedência e planejamento para cumprir os prazos, destacando que o prazo final para o lançamento do plano é 5 de junho.
- c. Thiago Falda da ABBI ressaltou a importância de se estabelecer metas claras para que o caminho a ser percorrido seja claro e citou que esse modelo foi utilizado pelos Estados Unidos.
- d. José Truda, representante do CONAMA, perguntou se as reuniões serão híbridas ou presenciais.
- i. Foi respondido pela Diretora Bruna De Vita que a portaria prevê a possibilidade de reunião híbrida.
- e. Helder Queiroz, representante do CONAMA, sugeriu que o CGEE envie um formulário mais aberto, e não apenas com opções de marcação, pois formulários muito fechados reduzem a capacidade de participação dos envolvidos.
- f. O Coordenador-Geral de Gestão do Território do MDIR, Vitarque Coelho, questionou se o Plano Nacional de Sociobioeconomia, apresentado no Banco do Brasil, é o mesmo plano que estará em discussão na Comissão.
- i. A secretária Carina Pimenta esclareceu que o Plano Nacional de Sociobioeconomia é um processo de co-criação com as comunidades tradicionais e, por isso, tem particularidades. Explicou que ele será fundido com o Plano Nacional de Bioeconomia, destacando que não são processos separados.

Carina mencionou que o Plano de Sociobioeconomia foi iniciado anteriormente devido à necessidade de um processo mais profundo de escuta e construção com as comunidades e que por estar mais avançado, ele poderá ser trazido mais facilmente para a Comissão.

- g. Ana Euller, da EMBRAPA, sugeriu que os participantes sejam mais propositivos em relação às Câmaras Técnicas (CTs) e Grupos de Trabalho (GTs). Destacou que a bioeconomia pode ser dividida em três grandes campos, questionando se esse já não seria um caminho inicial a ser seguido. Ela perguntou se essa estruturação deve ser proposta desde já ou se será um ponto de discussão na reunião de 13 de fevereiro.
- h. Thiago Falda da ABBI sugeriu a elaboração de um cronograma de deliberações, alinhado com as reuniões da Comissão, para facilitar o processo e evitar retrabalhos ou revisões de decisões já tomadas

#### **4. Encaminhamentos:**

- a. Primeira Reunião da CNBio [13 de fevereiro]

*Proposta de Pauta:*

- Apresentação do Processo detalhado de elaboração do Plano
- Pactuação da dinâmica interna de funcionamento da CNBio (regimento interno) para contribuir e acompanhar o processo [CCT's e GT's]
- Aprovação do calendário de reuniões de 2025
- Plano de Comunicação e Engajamento
- Sistema Nacional de Informações e Conhecimento de Bioeconomia

- b. Indicação de materiais [estudos, vídeos, sites] de referência para o processo de elaboração do Plano [via e-mail da CNBio].

- c. Indicação de políticas, projetos e programas visando a integração com o PNDBio

#### **5. Encerramento da Reunião da CNBio**

- i. O secretário Rodrigo Rollemberg realizou o encerramento da reunião, informando que a pauta das próximas reuniões será definida e enviada com antecedência e reforçando que os encontros poderão ser deliberativos. Agradeceu os avanços da pauta e o grande interesse demonstrado na Comissão, destacando que a bioeconomia pode se tornar um grande legado para a COP 30, evento que será liderado pelo Brasil. Por fim, o Secretário Rollemberg também transmitiu um abraço do vice-presidente Geraldo Alckmin, reconhecendo os avanços conquistados com o apoio de todos. Em sua fala final, desejou um Feliz Natal e um ótimo Ano Novo aos participantes e declarou a reunião como encerrada.

Brasília/DF, 16 de dezembro de 2024.

## Anexo I

Calendário de Reuniões da CNBio para 2025

## Anexo II

### Relação dos Presentes na Reunião

Representante	Instituição
1. Adriana Lustosa da Costa	SBC/MMA
2. Alessandro Cruvinel Fidelis (titular)	MAPA
3. Aline Mendonça dos Santos	ACNUDH/ONU
4. Amaury Martins Oliva (titular)	Febraban
5. Ana Claudia Loureiro (titular)	MIR
6. Ana Euller (titular)	Embrapa
7. Antônio Adevaldo Dias da Costa (titular)	Consea
8. Bárbara Bressan	CGEE
9. Bruna De Vita (suplente)	MMA
10. Bruno Brito da Cruz Abaurre	MRE
11. Bruno César Prosdocimi Nunes (suplente)	MCTI
12. Carina Pimenta (titular)	MMA
13. Carlos Eduardo O. de Arruda Villaça (titular)	Conape
14. Carolina Clemente	FAO
15. César dos Santos	SNA/MPA
16. Danielle Alencar Parente Torres (suplente)	Embrapa
17. Daniely Lima	CBEDS
18. Débora Taís Siqueira	SBC/MMA
19. Ellen Lemos (titular)	CC/PR
20. Gabriela Brito	CGEE
21. Helder Lima de Queiroz (titular)	Conama
22. José Truda Palazzo Jr. (titular)	Conama
23. Larissa	MIDR
24. Lauro Satoru	MDA

25. Leandro Pedron	MCTI
26. Lina Vieira da Silva (titular)	MPI
27. Luiza Sidonio Rodrigues (suplente)	MF
28. Maira Smith	DPG/SBC/MMA
29. Márcia Regina Muchagata (suplente)	MDS
30. Marina Santana Orsini	SBC/MMA
31. Mário A. C. Cardoso	CNI
32. Mário Cardoso	CNI
33. Mauro Luiz Rabelo	MDIC
34. Michele Akemi Santo	SBC/MMA
35. Moisés Savian (titular)	MDA
36. Pablo Rabelo	MDIC
37. Paulo Mário Carvalho de Faria (titular)	MPA
38. Pedro Vitor Vieira Melo	SBC/MMA
39. Rafaela Coelho G. G. Siqueira Moreira (titular)	MME
40. Renan Rodrigues	ABBI
41. Roberto Palimieri	CBEDS
42. Roberto Xavier de Lima	NEOTRÓPICA
43. Rodolfo Castro	MIDR
44. Rodrigo Rollemburg (titular)	MDIC
45. Sandra Afonso	SFB
46. Silvio Silvia Brasil (suplente)	CC/PR
47. Thiago Falda (titular)	ABBI
48. Tiago Giuliani (suplente)	ABBI
49. Tiago Rangel Côrtes (titular)	DIEESE
50. Valéria Burmeister Martins (suplente)	MAPA
51. Vitarque Lucas Paes Coelho (suplente)	MIDR

